

News *from the* Department

Agricultura
Ambiente
Recursos Hídricos

Boletim de Informação trimestrial Número duplo 2&3 Março/Junho de 2020



- Mobilização de alimentos para ajudar as populações vulneráveis
- Implementar um plano de acção de resposta regional
- Activar e reforçar as redes de segurança social
- Antecipar a ameaça de invasão de gafanhotos e da lagarta-do-carucho do milho

Editorial



Sékou Sangaré

Comissário, Agricultura, Ambiente
e Recursos Hídricos

Caros Parceiros,

A África Ocidental enfrenta os desafios combinados da insegurança civil, agravados pelos conflitos armados e intercomunitários e as alterações climáticas a que a pandemia do coronavírus (Covid-19) foi acrescentada desde 27 de Fevereiro de 2020. Esta pandemia afecta todos os sectores e perturba os sistemas de produção, armazenamento, comercialização, transformação e distribuição de produtos agrícolas e alimentares.

A Covid-19 exacerba o risco de escassez alimentar através de medidas restritivas que têm um forte impacto na disponibilidade e circulação de alimentos dentro dos países e em toda a região. Para além dos impactos da Covid-19 e das medidas sanitárias, a região deve também antecipar os impactos de duas outras ameaças, a invasão de gafanhotos e do lagarto-do-caruinho do milho.

Estas várias crises obrigam-nos a agir rapidamente e de uma forma mais coordenada para primeiro salvar as vidas e meios de subsistência das pessoas mais vulneráveis numa emergência, sem perder de vista o trabalho estrutural do Ecowap.

O reforço da resiliência é a ligação entre a resposta a emergências, a recuperação de crises e a construção de bases sustentáveis para um sistema agrícola e alimentar robusto, capaz de responder aos desafios a médio e longo prazo: emprego dos jovens, adaptação às alterações climáticas e a implantação da agro-ecologia, segurança alimentar e nutricional que elimina a fome e a subnutrição, instituições nacionais e regionais eficazes, agricultura familiar estruturada por organizações profissionais mais produtivas e competitivas bem ligadas aos mercados, instrumentos de financiamento adequados, etc.

Nesta perspectiva, o Departamento de Agricultura, Ambiente e Recursos Hídricos da CEDEAO reorganizou o seu programa de trabalho para ter em conta a resposta às crises alimentares e nutricionais e os constrangimentos impostos pela situação sanitária, a fim de continuar a prestar apoio às populações e mitigar o impacto de choques múltiplos na segurança alimentar e nutricional.

A boa articulação do mecanismo de monitorização regional (PREGEC/RPCA) com o sistema de três níveis da estratégia regional de armazenamento de segurança alimentar e os micro-projectos de redes de segurança social, permitirá tanto um acompanhamento atento das condições de vida das famílias mais vulneráveis como respostas adequadas às crises estruturais que têm vindo a afectar a nossa Região desde há várias décadas.

É com esta determinação que vos convido a folhear as páginas desta dupla edição do nosso instrumento de comunicação integrada, "**News from the Department**".

Agradecemos desde já o seu envolvimento.

News from the Department

Nesta edição:

Editorial..... 02

Implementar um plano de acção de resposta regional.....03

Mobilização de alimentos para ajudar as populações vulneráveis.....03

Activar e reforçar as redes de segurança social.....04

Proteger o sector pecuário05

Proteger o ambiente da África Ocidental.....06

Antecipar a ameaça de invasão de gafanhotos e da lagarta-do-caruinho do milho..... 07

Director de publicação

Sékou Sangaré, Com. DAERE

Editor-chefe

Francis Dabiré, ARAA

Equipa de redacção

Alain Sy Traoré, DADR
Emmanuelle Maillot, DADR
Ousseini Salifou, ARAA

Comité de redacção

Dr Ablassé Bilgo, ARAA
Dr Johnson Boanuh, DERN
Koffi Bernard Yao, DERN

Dr Vivian Iwar, CRSA
Dr Mohamed Fouad, CRSA
Dr Ibrahim Babatunde Wilson, CCRE
Bougounou K. Djéri-Allassani, CCRE

Pôr em prática um plano de acção de resposta regional

Perante os desafios combinados da insegurança civil, conflito e alterações climáticas na região, aos quais a pandemia de coronavírus foi acrescentada, a Cedeao e os seus parceiros estão a mobilizar-se, através de um plano de acção de emergência regional, para enfrentar os impactos da pandemia na segurança alimentar e nutricional na região.

As actuais consequências sanitárias da pandemia do coronavírus estão a atrair a atenção dos Estados Membros da CEDEAO e levaram a maioria deles a adoptar medidas drásticas para contrariar a sua propagação, resultando numa perda significativa de rendimentos para os países e na degradação dos meios de subsistência das populações vulneráveis.

Os impactos da Covid-19 aumentam os da insegurança civil, alimentar e nutricional, mas também as temidas ameaças de pragas e o ressurgimento de doenças animais transfronteiriças. Além disso, a pandemia agrava o risco de escassez alimentar e desafia a região a garantir a sua segurança alimentar e nutricional.

A reunião do Mecanismo Regional para a Prevenção e Gestão das Crises Alimentares (Pregec) no Sahel e na África Ocidental realizada em 18 de Junho deste ano contabilizou contou com quase 17 milhões de pessoas em insegurança alimentar e nutricional, para o período de Junho a Agosto de 2020 na região do Sahel e da África Ocidental.

Para além destas populações que necessitam de ajuda alimentar de emergência, cerca de 51 milhões de pessoas em fase de sub-pressão são susceptíveis de cair em crise alimentar e nutricional sob os efeitos combinados das crises de segurança alimentar e sanitária, bem como da ameaça de gafanhotos, se nada for feito para proteger os seus meios de subsistência. Num tal contexto de crise generalizada, a CEDEAO, em consulta com UEMOA e CILSS, organizou a 31 de Março de 2020 uma Conferência em linha excepcional dos Ministros responsáveis pela Agricultura e Alimentação da CEDEAO, Chade e Mauritânia, sobre os impactos da pandemia e das pragas de culturas na segurança alimentar e nutricional.



As recomendações dos ministros levaram à preparação de um Plano de Acção de Emergência Regional que define as medidas a tomar para apoiar os esforços dos Estados Membros.

Este Plano está estruturado em torno de 4 acções estratégicas, nomeadamente, (i) facilitar o acesso a factores de produção agrícola e estabelecer redes sociais de segurança alimentar eficazes, (ii) aumentar a capacidade de resposta da Reserva Regional de Segurança Alimentar e outras reservas para 300.000 toneladas de alimentos, (iii) prevenir, monitorizar e controlar pragas e (iv) prevenir, monitorizar e controlar doenças animais transfronteiriças.

A Ecowas apela a todos os seus parceiros para que coordenem as suas acções e actuem agora para apoiar a região e os países na implementação dos seus planos de resposta ao Covid-19.

Necessidades de financiamento (até Dezembro de 2022) :

500 milhões de dólares americanos, por :

- criar redes sociais de segurança alimentar através de organizações locais nos 17 estados membros: 170 milhões de USD (34%),
- aumentar a capacidade da Reserva Regional de Segurança Alimentar da CEDEAO e outras reservas para 300.000 toneladas (cereais e ração animal): 150 milhões de USD (30%),
- reforço das capacidades operacionais das direcções de protecção das plantas dos 17 Estados-membros na prevenção, monitorização e controlo de pragas das culturas: 80 milhões de USD (16%),
- reforço das capacidades operacionais das direcções dos serviços veterinários dos 17 Estados-membros na prevenção, vigilância e controlo das doenças animais transfronteiriças: 75 milhões de USD (15%),
- coordenar e acompanhar a execução das acções: 25 milhões de dólares (5%).

Mobilização de alimentos para ajudar as populações vulneráveis

Tal como a crise de 2008, a actual pandemia de coronavírus é um lembrete de que as reservas alimentares são um instrumento importante para satisfazer as necessidades alimentares de emergência das populações, implementado como parte das redes de segurança social.

As novas formas de vulnerabilidade induzidas pela combinação de pobreza, alterações climáticas, demografia e insegurança civil foram brutalmente agravadas pelas consequências da Covid-19. Fazem da estratégia regional

de armazenamento um desafio chave, tanto em termos de prevenção e gestão de crises alimentares e nutricionais como em termos de ajudar a aumentar a oferta, estruturar cadeias de valor e organizar os mercados agrícolas.

Para apoiar os esforços dos países cujos orçamentos estão sob forte pressão para responder à crise sanitária e segurança num contexto de diminuição das receitas fiscais na sequência da interrupção das actividades económicas, a CEDEAO mobilizou-se fortemente para prestar assistência humanitária às populações vulneráveis mais afectadas nos seus Estados Membros.

Para este fim, mobilizou um (1) milhão de dólares americanos do seu fundo humanitário de emergência e está a actuar como terceiro pagador no sentido de garantir rapidamente o fornecimento de 2 190 toneladas de cereais da Reserva Regional de Segurança alimentar (RRSA) para apoiar as populações vulneráveis no Burkina Faso, Mali, Níger e Nigéria.

Decidiu também, em conjunto com a União Europeia, mobilizar 2,2 milhões de euros da rubrica imprevistos do Projecto de Apoio à Armazenagem de Segurança Alimentar da África Ocidental, que a União Europeia financia no valor de 56 milhões de euros, para aumentar a assistência alimentar aos países alvo através da mobilização de mais stocks da Reserva no estrito cumprimento das regras e procedimentos em vigor

Só estes quatro países representam mais de 80% das populações numa situação alimentar difícil, incluindo pessoas deslocadas internamente e crianças afectadas pela desnutrição.

Este apoio inclui uma quantidade de cereais estimada em 4 993 toneladas (arroz, milho, painço e sorgo) para o Burkina Faso, Mali, Níger e Nigéria, e uma combinação de 4 produtos nutricionais (amêndoas, supercereais, supercereais plus, farinha de milho enriquecida) no valor de 430 000 euros para o Níger. Esta operação está a ser levada a cabo através de uma acção combinada de organizações de produtores.



É complementada por compras de produtos nutricionais a empresas pré-qualificadas que são capazes de fornecer à Reserva Regional produtos nutricionais de qualidade.

Estas duas intervenções permitem testar simultaneamente três modalidades estratégicas ainda não implementadas no que respeita aos desafios relacionados com a implantação da Reserva Regional: o princípio do terceiro pagador no mecanismo de financiamento das intervenções do instrumento técnico "RRSA", a utilização de produtos nutricionais na resposta a crises e, finalmente, o procedimento de compras directas a organizações de produtores ou cooperativas profissionais.

Tendo em conta o papel predominante que a Reserva Regional pode desempenhar na atenuação dos efeitos de múltiplas crises na segurança alimentar e nutricional, a região e os seus parceiros terão de mobilizar e aprofundar ainda mais a reflexão sobre o financiamento da solidariedade exercida pela sua mobilização em relação a países e populações em tempos de crise.

Activar e reforçar as redes de segurança social

O estabelecimento de sistemas de redes de segurança social capazes de responder eficazmente e em grande escala a uma situação de emergência é um factor determinante na abordagem dos efeitos devastadores da covid-19 no bem-estar das pessoas. Caso contrário, a estabilidade da região, que já enfrenta vários desafios, incluindo a insegurança civil, poderia ser ainda mais minada.

○ aparecimento do Covid-19 na região e a sua rápida propagação levou à adopção de medidas sociais globais por parte dos países para permitir às populações mais vulneráveis ultrapassar a pandemia.

De facto, embora a pandemia esteja a afectar todas as populações, é evidente que alguns grupos estão a sofrer mais severamente com os efeitos da pandemia. Nesta perspectiva, as redes de segurança social são essenciais para proteger as pessoas mais vulneráveis, uma vez que são um complemento importante das intervenções médicas.

Embora globalmente, as acções reactivas tomadas até agora pelos países se tenham revelado relevantes, não conseguiram travar a descapitalização dos meios de

subsistência das famílias vulneráveis que enfrentam a crise.

Tendo em conta as consequências já sofridas, tais como a perda de gado e de alimentos perecíveis, perda de rendimentos, incapacidade de comprar certos bens de primeira necessidade, risco de fome e desnutrição, são fortemente recomendadas acções para a distribuição gratuita ou a baixo custo de insumos agrícolas a pequenos produtores (sementes, fertilizantes, fornecimento de capital produtivo, materiais de produção, etc.) neste período invernal de alta produção.

Têm a vantagem não só de preservar e reforçar os meios de produção e subsistência, mas também e sobretudo de reforçar a resiliência das populações vulneráveis a crises futuras.

Como a abordagem à prestação de assistência de emergência (por exemplo, distribuição de alimentos, custos gratuitos ou reduzidos de certos serviços básicos) é muito limitada devido à sua natureza ad hoc, é desejável avançar para instrumentos de rede de segurança social mais regulares, previsíveis e sustentáveis.

A este respeito, a experiência diversificada da CEDEAO através do financiamento de 19 projectos-piloto de redes de segurança social implementados nos 15 Estados-Membros permitiu identificar os tipos de redes de segurança social a promover a sua expansão para reforçar os mecanismos de gestão de crises e, sobretudo, para integrar as famílias vulneráveis numa via de desenvolvimento.

Co-financiados pela Cooperação Espanhola e pela Comissão da CEDEAO, estes projectos, cuja implementação começou em 2016, tiveram um impacto positivo na vida de mais de 53 000 beneficiários directos, 62% dos quais são mulheres. As realizações são expressas em termos de (i) distribuição de alimentos, desenvolvimento infantil e acesso a serviços sociais básicos, (ii) desenvolvimento da principal fonte de rendimento e segurança alimentar para famílias vulneráveis, (iii) reforço dos meios de subsistência e da capacidade das famílias para fazer face a choques e (iv) desenvolvimento e teste de métodos de focalização. Outras realizações incluem o empoderamento das mulheres e o reforço da capacidade da maioria dos Estados para gerir programas de redes de



segurança social em conformidade com as estratégias ou políticas nacionais de protecção social.

As lições aprendidas com estas realizações estão a orientar a reflexão para a promoção de certos instrumentos de redes de segurança social, tais como (i) modelos integrados de cantinas escolares com oferta local de produtos e promoção de práticas agro-ecológicas, (ii) a concepção de redes sociais adaptadas ao contexto pastoral, (iii) transferências monetárias combinadas com medidas de apoio à produção e (iv) apoio a actividades geradoras de rendimentos para as mulheres e reforço do seu papel na segurança alimentar e nutricional.

Proteger o sector pecuário

Com o impacto inesperado do Covid-19 no sector pecuário, a região deverá melhor preparar-se para enfrentar uma série de desafios como a crise pastoral, a fome nas explorações familiares, os crescentes conflitos rurais, o elevado custo dos produtos animais e o fim da transumância transfronteiriça.

Embora a criação de animais lide com a vida animal, requer atenção humana diária. Além disso, quando as actividades humanas são perturbadas, como é o caso do Covid-19, o sector pecuário é inevitavelmente afectado. De facto, a redução das actividades de produção animal e dos movimentos de animais devido à pandemia cria grandes desafios nas cadeias de valor alimentar com implicações na segurança alimentar e nutricional e nos meios de subsistência.

O processamento de carne de aves e as incubadoras já não funcionam em plena capacidade, afectando a quantidade e o preço da carne no mercado. Devido a dificuldades no transporte das incubadoras para os criadores, os pintos podem não estar disponíveis para substituir as aves vendidas. A cadeia de abastecimento de carne vermelha da região do Sahel aos países costeiros está também ameaçada. Uma ruptura desta cadeia de abastecimento de proteínas animais tem consequências para a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e para a subsistência dos criadores de gado e outros que vivem nesta cadeia.

A Covid-19 poderia assim levar a perdas de gado, ao empobrecimento dos pastores, agro-pastoris e suas famílias, ao desaparecimento dos mercados transfronteiriços de gado, à redução da oferta de



proteínas, à instalação de uma crise socioeconómica que poderia levar à erosão da coesão social e ao alistamento de alguns pastores em grupos armados devido à deterioração das suas condições de vida e à perda do seu capital social.

Além disso, a ruptura da cadeia tradicional de abastecimento de peixe dos países costeiros para a região do Sahel como resultado da pandemia terá um impacto no papel que o peixe desempenha na segurança alimentar e nutricional, e especialmente na subsistência dos pescadores

e outras pessoas que vivem desta actividade.

Finalmente, o confinamento das populações e o encerramento de alguns laboratórios e instituições veterinárias levará à suspensão dos testes e investigação de doenças animais e à perturbação da vigilância e notificação de doenças animais.

De facto, o fraco acesso a insumos veterinários aumenta o risco de desenvolvimento de novas epidemias, particularmente as de doenças animais transfronteiriças (a praga dos pequenos ruminantes, o recente surto de peste suína africana no Togo, etc.) que podem causar perdas significativas de gado, bem como surtos de doenças animais transmissíveis aos seres humanos.

A fim de mitigar estes riscos, a CEDEAO, através do projecto Predip, forneceu produtos e equipamento sanitário, incluindo kits de lavagem de mãos, sabão líquido,

gel hidroalcoólico, termómetros infravermelhos, lixívia e cartazes de sensibilização para o Ministério da Pecuária e Pescas do Mali.

Esta doação ajuda a limitar a transmissão da doença de humano para humano e a prevenir a contaminação superficial através de melhores práticas de higiene.

Estes esforços devem ser reforçados por acções complementares tais como, entre outras, a disponibilidade e circulação de entradas e saídas para a produção animal, por exemplo, publicando uma lista de isenções às restrições à circulação, reforçando a vigilância, prevenção e controlo de doenças animais transfronteiriças, reforçando a capacidade dos laboratórios nacionais de referência, e a colaboração inter-profissional e multi-sectorial na prevenção e controlo de doenças animais transfronteiriças e zoonoses no contexto da abordagem **Uma só saúde ("One Health")**.

Proteger o ambiente da África Ocidental

Para a Ecowas, por mais paradoxal que possa parecer, as fortes medidas tomadas pelos vários Estados do mundo contra a pandemia do coronavírus mostram que é possível agir a favor do clima e do ambiente, particularmente em termos de melhoria da qualidade do ar.

○ encerramento de fronteiras, escolas, várias indústrias e fábricas e outras medidas para restringir a circulação e assegurar a distância física na luta contra a pandemia tiveram benefícios não intencionais para o ambiente. Embora ainda não estejam documentados na região, estes benefícios são amplamente divulgados através da Internet e das redes sociais.

De facto, a pandemia reduziu as fontes de produção de resíduos domésticos, hospitalares e industriais, por um lado, e aumentou o risco ambiental na maioria dos países da região onde os sistemas de gestão de resíduos são ineficientes.

As consequências imediatas da pandemia sobre o ambiente são, portanto, entre outras, a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a redução de poluentes e incómodos que afectam negativamente o ambiente urbano na África Ocidental.

Apesar destes benefícios e desafios induzidos, a Covid-19 resultou no adiamento de várias reuniões globais e regionais onde deveriam ter sido tomadas decisões e compromissos importantes para reforçar a gestão do ambiente e das alterações climáticas. Como resultado, a Comissão da CEDEAO teve também de adiar ou encontrar mecanismos alternativos para organizar algumas reuniões regionais chave para discutir e obter compromissos dos governos na promoção, entre outras coisas, da sustentabilidade ambiental. Como resultado, todas as reuniões presenciais planeadas foram convertidas em reuniões virtuais utilizando ferramentas de videoconferência existentes, tais como Zoom, Equipas, Webex, etc.



A Comissão também teve de adiar ou encontrar outros mecanismos para organizar certas reuniões regionais chave para discutir e obter compromissos dos governos na promoção, entre outras coisas, da sustentabilidade ambiental. Esta prática levou a reduções drásticas nos custos de viagem e, conseqüentemente, a uma poupança de recursos financeiros para actividades adicionais em benefício das populações.

Deste ponto de vista, uma recomendação, entre outras, seria investir mais recursos em equipamento e ferramentas de conforto para reuniões de videoconferência. Estas medidas de adaptação constituem novos hábitos e comportamentos profissionais que devem ser integrados de forma sustentável nas boas práticas a serem adoptadas pelas instituições e empresas após a pandemia. O impacto do coronavírus no ambiente poderia, portanto, ser duplo e mitigado.

De facto, a suspensão de missões e outras deslocações no mundo em geral e na África Ocidental em particular, tem como consequência a redução da poluição ligada à emissão de gases com efeito de estufa, poluentes e incómodos. Por exemplo, na China, as restrições e outras medidas conduziram a

uma redução de 25% nas emissões de carbono e a uma redução de 50% nas emissões de óxido de azoto. No entanto, os Estados da região poderiam enfrentar o possível desafio de uma má gestão dos descartáveis contaminados, o que levaria a uma maior propagação do vírus.

Antecipar a ameaça de invasão de gafanhotos e da lagarta-do-carucho do milho

Após vários meses de alerta, os riscos de invasão de gafanhotos na África Ocidental estão cada vez mais evidentes. Ao mesmo tempo, a lagarta-do-cartucho do milho que ataca as culturas cerealíferas, em particular o milho, está agora presente na maioria dos países da região. Sem uma resposta rápida, estas duas ameaças poderiam afectar gravemente as culturas e os pastos, aumentar a dependência alimentar e aumentar a vulnerabilidade das populações à insegurança alimentar e nutricional.

Para além da crise sanitária do coronavírus e da insegurança civil na região, existe a ameaça de uma invasão iminente de gafanhotos e da lagarta-do-cartucho do milho. Os dados disponíveis indicavam que se esperava que os gafanhotos chegassem ao Chade no final de Junho. Com a reprodução rápida no Sahel, toda a região da África Ocidental poderia ser afectada. Estes gafanhotos causarão graves danos a pastagens e culturas de subsistência alimentadas pela chuva com sérias ameaças às culturas.

Estima-se que mais 9,3 milhões de pessoas poderão ser transferidas para a fase 3 e mais além (crise para pior) do Quadro Harmonizado a partir de Junho de 2020, elevando o número de pessoas em crise nas áreas de análise propensas a gafanhotos para 26,3 milhões: Chade, Camarões, Níger, Nigéria, Burkina Faso, Mali, Senegal, Gâmbia e Mauritânia.

Esta outra preocupação regional levou a Cedeao a reunir-se urgentemente a 10 de Junho, em colaboração com a Comissão de UEMOA, CILSS, FAO e a Comissão de Controlo de Gafanhotos do Deserto (CLCPRO), uma reunião ministerial por videoconferência sobre a ameaça dos gafanhotos e da lagarta-do-cartucho do milho na África Ocidental e no Sahel.

As discussões permitiram assim chegar a um consenso sobre o diagnóstico dos riscos de invasão e sobre o conteúdo da resposta: (i) monitorização e alerta, (ii) preparação das capacidades de intervenção, (iii) protecção dos meios de subsistência das populações. Esta revisão da situação permitiu também chegar a acordo sobre o princípio de um plano de resposta regional para reforçar a resiliência das populações já enfraquecidas pela Covid-19.

Para o efeito, os países são convidados a enviar sem demora os seus respectivos planos de resposta à Comissão da CEDEAO. O plano de resposta regional deverá facilitar a mobilização de recursos financeiros dos parceiros de desenvolvimento.

A AFD já atribuiu mais 1 milhão de euros para ajudar a financiar o plano de acção, elevando o seu apoio à luta contra a ameaça dos gafanhotos para 3 milhões de euros. Além disso, como parceiro principal da Ecowap, reitera a sua disponibilidade para apoiar a Ecowap nos seus esforços



para coordenar a resposta a nível regional. O Banco Mundial, por seu lado, está a disponibilizar à África um envelope de quinhentos (500) milhões de dólares americanos para desenvolver a prevenção e o controlo.

Marrocos continua disponível para responder a qualquer pedido de assistência de países. A FAO e a CLCPRO que reúne os países da linha da frente (Norte de África e Saheliano) já libertaram 2 milhões de dólares para a preparação do combate.

As conclusões desta reunião ministerial aperfeiçoarão ainda mais o plano de resposta já desenvolvido pela FAO e CLCPRO, que custará entre 50 e 75 milhões de dólares e se baseará em três eixos principais, nomeadamente (i) travar a propagação do gafanhoto do deserto, (ii) proteger os meios de subsistência e a recuperação precoce das populações vulneráveis e (iii) coordenar a resposta.

No que diz respeito à lagarta-do-cartucho do milho, a reunião recomenda que os esforços sejam redobrados para mobilizar os recursos disponíveis dos parceiros financeiros, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento.

Tendo em conta os esforços feitos pela maioria dos países, a investigação, formação e apoio aos produtores, partilha de boas práticas, partilha de resultados de investigação, revitalização do sistema de monitorização regional, entre outros, são áreas importantes de cooperação a promover.

Ecowap

Visão 2025: «um setor agro-silvo-pastoril e haliêutico moderno e competitivo, inclusivo e sustentável que garanta empregos decentes, segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar».

Ecowep

Visão 2025: «uma África Ocidental pacífica, digna e próspera, cujos recursos naturais, diversos e produtivos são conservados e geridos de forma sustentável para o desenvolvimento e o equilíbrio do espaço sub-regional».

Preao

Visão 2025: «recursos hídricos geridos de forma eficiente e prática para que todos tenham acesso a água potável segura para as suas necessidades básicas, às estruturas de evacuação de resíduos, à segurança alimentar e que a pobreza seja reduzida, a saúde humana protegida, as biodiversidades dos sistemas terrestres e aquáticas protegidas».



Comissário, Agricultura, Ambiente e Recursos Hídricos

Annexe River Plaza – 496 Abogo Largema Street
Central Business District, PMB 401 Abuja FCT

✉ araa@araa.org | agric_ruraldev@ecowas.int | rahc_crsa@ecowas.int
environment@ecowas.int | wrmc_cgre@ecowas.int